

DOCUMENTO DEL BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO

**PAÍS**

**PROGRAMA DE MEJORAMIENTO URBANO Y SEGURIDAD CIUDADANA  
DE VITÓRIA**

**(BR-L1497)**

**PERFIL DE PROYECTO**

Este documento fue preparado por el equipo compuesto por: Michael Donovan (CSD/HUD), Jefe de Equipo; Dino Capriolo (IFD/ICS) Jefe de Equipo Alterno; Márcia Casseb, Mauricio Bouskela, Marcelo Facchina, Dianela Avila e Alejandra Aguilar (CSD/HUD); Luz Fernandez Garcia (CSD/CCS); Denise Levy (CSD/RND), José Luis de la Bastida, Lidia Rebouças (VPS/ESG); Edwin Tachlian-Degras, Carlos Carpizo (FMP/CBR); Cristina Celeste (LEG/SGO); Fernando Pacheco, y Daniela do Nascimento (CSC/CBR).

De conformidad con la Política de Acceso a Información, el presente documento está sujeto a divulgación pública.

## PERFIL DE PROJETO

### BRASIL

#### I. DADOS BÁSICOS

<b>Nome do Programa:</b>	Programa de Requalificação Urbana e Segurança Cidadã de Vitória		
<b>Número do Programa:</b>	BR-L1497		
<b>Equipe de Programa:</b>	Michael Donovan (CSD/HUD), Chefe de Equipe; Dino Caprilolo (IFD/ICS) Chefe de Equipe Alterno; Márcia Casseb, Mauricio Bouskela, Marcelo Facchina, Dianela Avila e Alejandra Aguilar (CSD/HUD); Luz Fernandez Garcia (CSD/CCS); Denise Levy (CSD/RND), José Luis de la Bastida, Lidia Rebouças (VPS/ESG); Edwin Tachlian-Degras, Carlos Carpizo (FMP/GBR); Cristina Celeste (LEG/SGO); Fernando Pacheco, e Daniela do Nascimento (CSC/GBR).		
<b>Mutuário:</b>	Município de Vitória (MV)		
<b>Órgão Executor:</b>	Município de Vitória (MV) por intermédio da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação (SEGES)		
<b>Fiador:</b>	República Federativa do Brasil		
<b>Plano Financeiro:</b>	BID (CO):	US\$	100.000.000
	Contrapartida Local:	US\$	25.000.000
	Total:	US\$	125.000.000
<b>Salvaguardas:</b>	Políticas ativadas:	OP-102; OP-703: B.1, B.2, B.3, B.4, B.5, B.6, B.7, B.9, B.10, B.11, B.17; OP-704; OP-761	
	Classificação:	B	

#### II. JUSTIFICATIVA GERAL E OBJETIVOS

- 2.1 **Caracterização do município e contexto do programa.** Vitória é a capital do Estado do Espírito Santo (ES), localizado na Região Sudeste do Brasil ([ver mapa I](#)). Possui uma área de 96,5 km<sup>2</sup> e uma população de 363.140 habitantes<sup>1</sup>. É o mais urbanizado dos 78 municípios no ES e apresenta elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M): 0,845<sup>2</sup>, segundo lugar entre as capitais brasileiras. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita é o maior entre as capitais brasileiras (US\$19.610,00). Entretanto, a cidade tem alta desigualdade social, caracterizada pelas deficiências em serviços públicos, violência urbana e vulnerabilidade ambiental na região denominada Orla Noroeste (ON). O Programa Cidades Emergentes e Sustentáveis (CES) do BID fez um diagnóstico desses desafios e elaborou o [Plano de Ação Vitória Sustentável](#)<sup>3</sup>. Visando viabilizar essa estratégia e fortalecer a capacidade da gestão urbana, o MV solicitou um programa de investimentos ao Banco.

<sup>1</sup> IBGE, 2017.

<sup>2</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

<sup>3</sup> Executado entre 2014 e 2015 com o apoio da CAIXA.

- 2.2 **Desigualdades socioterritoriais.** Vitória é uma cidade dividida socioeconômica e geograficamente. A inequidade social é representada pelo índice de Gini de 0,61, pela elevada porcentagem de domicílios em assentamentos informais (27,3%)<sup>4</sup> e pelos altos níveis de criminalidade, manifestados pela taxa maior de homicídios (31 homicídios por 100 mil habitantes) e 85,1 de jovens entre 15 e 24 anos (61,0 para o Brasil)<sup>5</sup>. Atualmente, ao longo da ON existem 22 bairros e mais de 69.000 habitantes, com renda média (US\$177) três vezes menor que a municipal (US\$558)<sup>6</sup>. A desigualdade é ampliada pelas características físicas da cidade, que se localiza parcialmente sobre uma ilha fluviomarinha com o segundo maior manguezal urbano do Brasil. Vitória é cortada por um maciço rochoso (Maciço Central), que demarcou áreas de ocupação com forte desigualdade urbana. A zona oeste é ocupada por população de baixa renda, que encontrou na ocupação do mangue e de encostas as únicas alternativas de acesso à moradia. As áreas ocupadas por palafitas, posteriormente aterradas, resultaram em bairros populares, compondo a ON. A zona leste apresenta padrões adequados de urbanização, atraindo uma população de média e alta renda.
- 2.3 **Os desafios.** Os problemas da ON aumentam em razão das limitações institucionais da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) para gerir o espaço urbano. Embora bem organizada e com pessoal capacitado, a PMV enfrenta três desafios como resultado da ocupação urbana desordenada da ON:
- a. Falta de serviços básicos: déficits de infraestrutura urbana (vias, pavimentação, iluminação, calçadas, interligação dos domicílios à rede de esgotamento sanitário)<sup>7</sup>. Faltam espaços públicos, ciclovias, paisagismo e equipamentos públicos. Há deficiência no uso de tecnologias inovadoras para melhorar os serviços, especialmente em áreas como gestão do trânsito, segurança, emergências, riscos a desastres e segurança.
  - b. Violência: baixa integração social da população jovem e altos níveis de delinquência. A ON e sua área de influência concentra 55,5% dos residentes de Vitória, mas apresenta 84% dos homicídios e 45% dos crimes patrimoniais. De janeiro a julho de 2017, 82% das vítimas de homicídios na área foram afrodescendentes<sup>8</sup>. O custo do crime para ES é aproximadamente 3,5% do PIB<sup>9</sup>.
  - c. Vulnerabilidade ambiental: os residentes da ON moram às margens do canal da Baía de Vitória na desembocadura do Rio Santa Maria, cercados por manguezais e pela Mata Atlântica pertencente ao Maciço Central. Essas áreas tiveram urbanização desordenada e hoje sofrem com a poluição das águas. A cidade enfrenta também inundações, que tendem a se agravar com mudanças climáticas. A porcentagem de residências em áreas suscetíveis a deslizamentos é de cerca de 40% daquelas localizadas em setores de risco geológico<sup>10</sup>, consequência do desmatamento, da ocupação nos morros e de

<sup>4</sup> Plano Local de Habitação de Interesse Social, 2007.

<sup>5</sup> DATASUS 2018, Estatísticas Vitais, Ministério de Saúde.

<sup>6</sup> IBGE, 2010.

<sup>7</sup> A cobertura de esgoto e coleta de lixo da região é a menor do Município. Não existem centros de atendimento psicossocial para jovens dependentes de álcool e drogas, nem unidades da guarda municipal.

<sup>8</sup> Afrodescendentes representaram 93% de vítimas jovens de homicídios em Vitória (2015). Do total de vítimas de homicídio, 93,3% foram homens e 6,7% mulheres (DATASUS, 2018 e PMV Secretaria Municipal de Segurança Urbana, 2017).

<sup>9</sup> "Os Custos do Crime e da Violência no Brasil" (Capriolo et al., BID 2017).

<sup>10</sup> [Plano de Ação Vitória Sustentável](#) (BID e PMV, 2015).

chuvas intensas. O nível de reciclagem de lixo (1,9% de coleta seletiva) é baixo, devido sobretudo à inexistência de um centro de triagem.

- 2.4 **Justificativa e intervenções propostas.** O programa realizará ações integradas para diminuir a desigualdade do habitat urbano, a insegurança e vulnerabilidade ambiental/climática, temas priorizados no Plano de Ação CES por meio dos filtros da [metodologia](#). As intervenções ocorrerão no nível da ON do município ([ver mapa II](#)). As obras estarão concentradas nos dez bairros mais carentes da ON, e as de segurança cidadã cobrirão a ON e 25 bairros adjacentes que apresentam altos índices de violência. As ações de planejamento e gestão urbana abrangem o município.
- 2.5 **Estratégia da prefeitura.** O Plano Estratégico 2017/2021 da PMV reconhece a importância de melhorar a qualidade urbana e ambiental da cidade, modernizar ações de segurança pública, além de assegurar o acesso equitativo aos serviços públicos. O Plano Diretor Urbano 2016/2026, em processo de aprovação na Câmara Municipal, prevê investimentos na ON para garantir sua sustentabilidade e equidade. O Plano Municipal de Segurança Cidadã (2015) indica como eixos estratégicos: (i) prevenção e controle de delitos; (ii) fortalecimento da relação entre polícia, comunidade e justiça; e (iii) contextos sócio urbanos seguros.
- 2.6 **Estratégia do país e do BID.** O programa atende à Atualização da Estratégia Institucional (2010-2020) (AB-3008) e alinha-se aos desafios de desenvolvimento: (i) inclusão social e igualdade; e (ii) produtividade e inovação. O programa alinha-se também às áreas transversais de: (i) igualdade de gênero e diversidade; e (ii) alterações climáticas e sustentabilidade ambiental. Contribuirá ao Marco de Resultados Corporativos 2016-2019 (GN-2727-6) ao beneficiar governos subnacionais com projetos de segurança cidadã e aumentar o uso de ferramentas tecnológicas. Contribuirá também com a Estratégia de Infraestrutura Sustentável para Competitividade e Crescimento Inclusivo (GN-2710-5) por adotar uma agenda multissetorial e promover infraestrutura socialmente sustentável; com a Estratégia Integrada de Mitigação e Adaptação à Mudança Climática (GN-2609-1), ao promover resiliência ao clima em cidades<sup>11</sup>; e com a Política de Serviços Públicos Domiciliários (GN-2716-6). O programa alinha-se à Estratégia de País do Grupo BID com o Brasil 2016-2018 (GN-2850) por: (i) reduzir a inequidade, reduzir a violência e a criminalidade envolvendo a população jovem (15 a 24 anos) e melhorar serviços públicos; e (ii) fortalecer instituições nos três níveis de governo. O programa contribuirá à meta do Grupo BID de aumentar o financiamento de projetos relacionados às mudanças climáticas para a 30% das operações aprovadas pelo Grupo BID.
- 2.7 **Objetivo do programa.** A operação busca equilibrar o desenvolvimento urbano de Vitória por ações integradas que promovem melhorias urbanas, segurança cidadã, resiliência às mudanças do clima e fortalecimento de gestão urbana. A operação divide-se em três componentes com prazo de cinco anos.
- 2.8 **Componente I. Requalificação urbana da Orla Noroeste (US\$68,0 milhões).** Financiará: (i) instalação de infraestrutura urbana (pavimentação de vias e passeios), e a construção de equipamentos e espaços públicos, de uma ciclovia e regularização fundiária; (ii) ações de saneamento (drenagem e ligação domiciliar de esgotos), além da construção do Centro de Referência em Triagem; e (iii) obras

---

<sup>11</sup> Alinha-se aos marcos setoriais GN-2732-6, GN-2771-7, GN-2835-3; GN-2813-3 e GN-2716-6.

e programas orientados à preservação dos ativos ambientais e resiliência do território.

- 2.9 **Componente II. Segurança cidadã (US\$26,6 milhões).** Financiará: (i) ações de prevenção social da violência com foco na população jovem, incluindo fortalecimento de centros de juventude, ampliação de unidades escolares de turno completo, unidades básicas de saúde e de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e (ii) ações de apoio à eficácia da Guarda Municipal na prevenção e controle do delito.
- 2.10 **Componente III. Fortalecimento da gestão urbana (US\$18,8 milhões).** Financiará: (i) apoio a novos planos estratégicos setoriais, (ii) promoção da eficiência energética do Palácio Municipal; e (iii) implantação do Centro de Cooperação da Cidade visando ampliar a capacidade municipal de monitorar e dar respostas imediatas ao trânsito, segurança, situações de emergência e desastres naturais.
- 2.11 **Administração do programa (US\$11,6 milhões).** Financiará atividades da unidade executora, supervisão de obras, o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), monitoramento, avaliação e auditoria.
- 2.12 **Enfoque de gênero e raça.** O programa identificará oportunidades para promover a igualdade de gênero e terá linhas de base desagregadas por gênero e raça.
- 2.13 **Enfoque de mudança climática.** Terá impacto em: (i) adaptação, pela contenção das encostas e reflorestamento para prevenir deslizamentos, recuperação das fontes hídricas e incorporação de medidas de resiliência nas infraestruturas e espaços públicos; e (ii) mitigação, pela melhoria dos sistemas de limpeza urbana, gestão de resíduos de reciclagem, apoio à mobilidade não-motorizada, expansão da cobertura vegetal, e medidas de eficiência energética<sup>12</sup> nas infraestruturas construídas e/ou modernizadas (ex: Palácio Municipal).
- 2.14 **Resultados esperados.** Dentre os indicadores de resultado estão: (i) valorização da propriedade na área de influência das intervenções; (ii) número de domicílios beneficiados com equipamentos públicos (iluminação, escolas, unidades de saúde, centros para juventude); (iii) diminuição do número de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos; (iv) aumento de cobertura vegetal; (v) aumento dos quilômetros de ciclovias; (vi) aumento de coleta seletiva; e (vii) agências governamentais beneficiadas por ferramentas tecnológicas.

### III. ASPECTOS TÉCNICOS E CONHECIMENTO DO SETOR

- 3.1 **Marco institucional.** O MV será o Órgão Executor. Tem experiência prévia na implementação de programas similares com o Banco (PROCIDADES 1986/OC-BR). A execução incluirá: (i) Comitê de Gestão, com representantes dos órgãos diretamente envolvidos nos componentes; (ii) Unidade Executora formada por servidores da PMV alocada na SEGES, que contará com apoio de consultores individuais sob demanda específica e alocação de recursos para apoio gerencial<sup>13</sup>; e (iii) Comissão Especial de Licitações (CEL).

---

<sup>12</sup> A certificação EDGE otimiza desenhos de edifícios com fins de redução do uso de energia e água.

<sup>13</sup> Conforme lições aprendidas indicadas no PCR preliminar do Programa e [Nota Técnica](#) publicada.

- 3.2 O programa utilizou informações do CES, incluindo os [estudos de base](#) e considera experiências sobre requalificação de cidades e segurança cidadã. Incorpora também: (i) lições aprendidas em programas do Banco em urbanização de favelas<sup>14</sup> como Programas Favela Bairro e PROSAMIM<sup>15</sup>; (ii) experiências do Banco sobre inserção social e prevenção da violência<sup>16</sup>; (iii) melhores práticas observadas no PROCIDADES<sup>17</sup>; e (iv) operação da CES em João Pessoa (4444/OC-BR). Os projetos executivos de obras para o primeiro ano estão sendo contratados pela Prefeitura.
- 3.3 A preparação contempla a avaliação técnica, social, ambiental e econômica dos projetos existentes para os três componentes. Também incluirá: (i) avaliação institucional da PMV e análise integrada de riscos do programa, incluindo o Plataforma para Análise da Capacidade Institucional (PACI); (ii) desenvolvimento de alternativas técnicas de desenho e estudos de viabilidade econômica; (iii) estudo de impacto ambiental e social; (iv) estudos de gênero e de serviços urbanos; (v) pesquisa de valorização imobiliária e de disposição a pagar para subsidiar estudos de viabilidade econômica; (vi) elaboração das linhas de base para matriz de resultados; e (vii) Termos de Referência do Plano Operação e Manutenção.

#### IV. SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E ASPECTOS FIDUCIÁRIOS

- 4.1 **Avaliação financeira.** O município vem cumprindo com os índices estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal do país. Ademais, o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional em dezembro de 2017 classifica Vitória como “A”, o que coloca o município como apto a contratar operação de crédito internacional.
- 4.2 Pela natureza das obras previstas, típicas de infraestrutura urbana, cujos impactos sociais e ambientais são conhecidos e mitigáveis, e de curto prazo, o programa é Categoria B. Essa classificação será confirmada com base nos resultados da Análise Ambiental e Social (AAS) em preparação. Na fase de construção das obras, os principais impactos e riscos socioambientais estão associados à geração de poeira, vibração, ruído, movimento de terra, contaminação de solo e água pelo uso e manutenção de equipamentos pesados, e interrupções temporárias dos serviços básicos. Socialmente, os principais impactos e riscos incidirão sobre grupos ribeirinhos, especificamente comunidades de pescadores artesanais que desenvolvem atividades econômicas dependentes dos manguezais e apresentam alto nível de vulnerabilidade social, além de pequenos empreendedores dos comércios e serviços estabelecidos ao longo da ON. Outro risco está no potencial (baixo) de desapropriação parcial de terrenos e propriedades, em função do desenho final das ciclovias, calçamento, píer e atracadouros, previstos no Componente I. Durante a fase de operação do programa, há potencial risco de que grupos vulneráveis tenham seu orçamento doméstico afetado pela formalização de tarifas dos serviços de saneamento básico. Os riscos e impactos socioambientais do programa serão adequadamente

<sup>14</sup> [Urbanização de favelas](#): BID (2012), [Construir Cidades](#): BID (2009).

<sup>15</sup> Favela Bairro (898/OC-BR; 1241/OC-BR; 2482/OC-BR). PROSAMIM (2165/OC-BR; 2006/OC-BR; 2676/OC-BR).

<sup>16</sup> Lima et al. (2014), “[Os governos subnacionais na gestão da segurança cidadã](#)”, IFD/ICS. Textos para Debate. 3279/OC-BR; 3137/OC-BR; 2752/OC-BR.

<sup>17</sup> BID (2015), [Evaluación PROCIDADES](#).

mitigados e controlados por meio do PGAS, a ser desenhado para o programa. A operação não implicará reassentamento físico involuntário de pessoas.

## V. OUTROS TEMAS

- 5.1 **Riscos.** Dentre os principais riscos identificados no Apêndice II destacam-se: (i) baixa participação dos jovens beneficiários nos serviços ofertados pelo programa; e (ii) baixa coordenação das distintas secretarias participantes das atividades de prevenção e controle do delito. Para mitigar os riscos, o programa propõe: (i) considerar as demandas dos jovens beneficiários nos territórios alvo da intervenção; (ii) reforçar mecanismos de funcionamento do grupo de gestão integrada do município; e (iii) implementar um programa piloto de monitoramento geoespacial em tempo real para monitorar o progresso das obras<sup>18</sup>.

## VI. RECURSOS E CRONOGRAMA DE PREPARAÇÃO

- 6.1 O Anexo V apresenta o cronograma de trabalho e recursos requeridos para financiar a preparação do programa (US\$258.475). A distribuição da Proposta de Desenvolvimento da Operação (POD) para a Revisão de Qualidade e Risco (QRR) está prevista para 2 de maio, a aprovação do Comitê de Políticas de Operação (OPC) está prevista para 12 de junho, na aprovação pela Diretoria para 11 de julho de 2018.

---

<sup>18</sup> A operação se beneficiará de imagens satélites da cidade a cada cinco dias por um programa piloto entre a *European Space Agency* e o BID.

CONFIDENCIAL

<sup>1</sup> La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a “Información Deliberativa” contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la “Política de Acceso al Información” del Banco (Documento GN-1831-28).





## Safeguard Policy Filter Report

### Operation Information

Operation		
<b>BR-L1497</b> Urban Upgrading and Citizen Security Program of Vitória (Emerging and Sustainable Cities Initiative First Stage)		
Environmental and Social Impact Category	High Risk Rating	
B	{Not Set}	
Country	Executing Agency	
BRAZIL	BR-PMVITORIA - Prefeitura Municipal de Vitória)	
Organizational Unit	IDB Sector/Subsector	
Env, Rural Dev & Disaster Risk	SUSTAINABLE CITIES	
Team Leader	ESG Primary Team Member	
MICHAEL G. DONOVAN	LIDIA MARCELINO REBOUCAS	
Type of Operation	Original IDB Amount	% Disbursed
Loan Operation	\$100,000,000	0.000 %
Assessment Date	Author	
12 Jan 2018	LIDIAMA ESG Primary Team Member	
Operation Cycle Stage	Completion Date	
ERM (Estimated)	17 Jan 2018	
QRR (Estimated)	30 Mar 2018	
Board Approval (Estimated)	{Not Set}	
Safeguard Performance Rating		
{Not Set}		
Rationale		
{Not Set}		

### Potential Safeguard Policy Items

[No potential issues identified]

### Safeguard Policy Items Identified

[B.1 Bank Policies \(Access to Information Policy– OP-102\)](#)



# Safeguard Policy Filter Report

The Bank will make the relevant project documents available to the public.

## B.1 Bank Policies (Disaster Risk Management Policy– OP-704)

The operation is in a geographical area exposed to [natural hazards \(Type 1 Disaster Risk Scenario\)](#). Climate change may increase the frequency and/or intensity of some hazards.

## B.1 Bank Policies (Disaster Risk Management Policy– OP-704)

The operation includes activities related to climate change adaptation, but these are not the primary objective of the operation.

## B.1 Bank Policies (Gender Equality Policy– OP-761)

The operation will offer opportunities to promote [gender equality](#) or [women's empowerment](#).

## B.2 Country Laws and Regulations

The operation is expected to be in compliance with laws and regulations of the country regarding specific women's rights, the environment, gender and indigenous peoples (including national obligations established under ratified multilateral environmental agreements).

## B.3 Screening and Classification

The operation (including [associated facilities](#)) is screened and classified according to its potential environmental impacts.

## B.4 Other Risk Factors

There are [associated facilities](#) (see policy definition) related to the operation.

## B.4 Other Risk Factors

The operation [includes activities](#) to close current “adaptation deficits” or to increase the ability of society and ecological systems to adapt to a changing climate.

## B.5 Environmental Assessment Requirements

An environmental assessment is required.

## B.6 Consultations

Consultations with affected parties will be performed equitably and inclusively with the views of all stakeholders taken into account, including in particular: (a) equal participation by women and men, (b) socio-culturally appropriate participation of indigenous peoples and (c) mechanisms for equitable participation by vulnerable groups.

## B.7 Supervision and Compliance

The Bank is expected to monitor the executing agency/borrower's compliance with all safeguard requirements stipulated in the loan agreement and project operating or credit regulations.

## B.9 Natural Habitats and Cultural Sites

The operation will result in the degradation or conversion of Natural Habitat or Critical Natural Habitat in the project area of influence.



# Safeguard Policy Filter Report

## B.10. Hazardous Materials

The operation has the potential to impact the environment and occupational health and safety due to the production, procurement, use, and/or disposal of hazardous material, including organic and inorganic toxic substances, pesticides and persistent organic pollutants (POPs).

## B.11. Pollution Prevention and Abatement

The operation has the potential to pollute the environment (e.g. air, soil, water, greenhouse gases).

## B.17. Procurement

Suitable safeguard provisions for the procurement of goods and services in Bank financed operations may be incorporated into project-specific loan agreements, operating regulations and bidding documents, as appropriate, to ensure environmentally responsible procurement.

## Recommended Actions

Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PP (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR. The project triggered the Disaster Risk Management policy (OP-704) and this should be reflected in the Project Environmental and Social Strategy. A Disaster Risk Assessment (DRA) may be required (see Directive A-2 of the DRM Policy OP-704). Next, please complete a Disaster Risk Classification along with Impact Classification. Also: if the project needs to be modified to increase resilience to climate change, consider the (i) possibility of classification as adaptation project and (ii) additional financing options. Please consult with INE/CCS adaptation group for guidance. The project triggered the Other Risks policy (B.04): climate risk.

- Please include sections on how climate risk will be dealt with in the ESS as well as client documents (EIA, EA, etc);
- Recommend addressing risks from gradual changes in climate for the project in cost/benefit and credit risk analyses as well as TORs for engineering studies.

## Additional Comments

[No additional comments]



## Safeguard Screening Form

### Operation Information

Operation		
<b>BR-L1497</b> Urban Upgrading and Citizen Security Program of Vitória (Emerging and Sustainable Cities Initiative First Stage)		
Environmental and Social Impact Category	High Risk Rating	
B	{Not Set}	
Country	Executing Agency	
BRAZIL	BR-PMVITORIA - Prefeitura Municipal de Vitoria)	
Organizational Unit	IDB Sector/Subsector	
Env, Rural Dev & Disaster Risk	SUSTAINABLE CITIES	
Team Leader	ESG Primary Team Member	
MICHAEL G. DONOVAN	LIDIA MARCELINO REBOUCAS	
Type of Operation	Original IDB Amount	% Disbursed
Loan Operation	\$100,000,000	0.000 %
Assessment Date	Author	
12 Jan 2018	LIDIAMA ESG Primary Team Member	
Operation Cycle Stage	Completion Date	
ERM (Estimated)	17 Jan 2018	
QRR (Estimated)	30 Mar 2018	
Board Approval (Estimated)	{Not Set}	
Safeguard Performance Rating		
{Not Set}		
Rationale		
{Not Set}		

### Operation Classification Summary

Overridden Rating	Overridden Justification
{Not Set}	{Not Set}
Comments	
{Not Set}	



## Safeguard Screening Form

### Conditions / Recommendations

Category "B" operations require an environmental analysis (see Environment Policy Guideline: Directive B.5 for Environmental Analysis requirements)

The Project Team must send to ESR the PP (or equivalent) containing the Environmental and Social Strategy (the requirements for an ESS are described in the Environment Policy Guideline: Directive B.3) as well as the Safeguard Policy Filter and Safeguard Screening Form Reports. These operations will normally require an environmental and/or social impact analysis, according to, and focusing on, the specific issues identified in the screening process, and an environmental and social management plan (ESMP). However, these operations should also establish safeguard, or monitoring requirements to address environmental and other risks (social, disaster, cultural, health and safety etc.) where necessary.

### Summary of Impacts / Risks and Potential Solutions

[Moderate Greenhouse Gas Emissions](#) are predicted.

**Greenhouse Gas (GHG) Assessment:** The borrower should promote the reduction of project-related greenhouse gas emissions in a manner appropriate to the nature and scale of project operations and impacts. The borrower should quantify direct emissions from the facilities owned or controlled within the physical project boundary and indirect emissions associated with the off-site production of power used by the project. Quantification and monitoring of GHG emissions should be conducted annually in accordance with internationally recognized methodologies (i.e. IPCC - <http://www.ipcc.ch/>). In addition, the borrower should evaluate technically and financially feasible and cost-effective options for the reduction/offset of emissions that may be achieved during the design and operation of the project. The Sustainable Energy and Climate Change Initiative (SECCI) can help with this task (<http://www.iadb.org/secci/>).

A [natural hazard](#) is likely to occur or be exacerbated due to climate-related changes and the likely severity of the impacts to the project is [moderate](#).

A Disaster Risk Assessment, that includes a Disaster Risk Management Plan (DRMP) may be necessary, depending on the complexity of the project and in cases where the vulnerability of a specific project component may compromise the whole operation. The DRMP should propose measures to manage or mitigate these risks to an acceptable level. The measures should consider both the risks to the project, and the potential for the project itself to exacerbate risks to people and the environment during construction and operation. The measures should include risk reduction (siting and engineering options), disaster risk preparedness and response (contingency planning, etc.), as well as financial protection (risk transfer, retention) for the project. They should also take into account the country's disaster alert and prevention system, general design standards and other related regulations. For details see the DRM policy guidelines.

Generation of solid waste is [moderate](#) in volume, does not include [hazardous materials](#) and follows standards recognized by multilateral development banks.

**Solid Waste Management:** The borrower should monitor and report on waste reduction, management and disposal and may also need to develop a Waste Management Plan (which could be included in the ESMP). Effort should be placed on reducing and re-cycling solid wastes. Specifically (if applicable) in the case that national legislations have no provisions for the disposal and destruction of hazardous materials, the applicable procedures established within the Rotterdam Convention, the Stockholm Convention, the Basel Convention, the WHO List on Banned Pesticides, and the Pollution Prevention and Abatement Handbook (PPAH), should be taken into consideration.

Project construction activities are likely to lead to localized and temporary impacts (such as dust, noise, traffic etc) that will affect local communities and [workers](#) but these are [minor](#) to [moderate](#) in nature.

**Construction:** The borrower should demonstrate how the construction impacts will be mitigated. Appropriate management plans and procedures should be incorporated into the ESMP. Review of implementation as well as reporting on the plan should be part of the legal documentation (covenants, conditions of disbursement, etc).

The negative impacts from production, procurement and disposal of [hazardous materials](#) (excluding POPs unacceptable under the Stockholm Convention or toxic pesticides) are [minor](#) and will comply with relevant national legislation, [IDB requirements on hazardous material](#) and all applicable International Standards.

**Monitor hazardous materials use:** The borrower should document risks relating to use of hazardous materials and prepare a hazardous material management plan that indicates how hazardous materials will be managed (and community risks mitigated). This plan could be part of the ESMP.

The project is located in an area prone to [coastal flooding](#) from [storm surge](#), high wave activity, or erosion and the likely severity of the impacts to the project is [moderate](#).

A Disaster Risk Assessment, that includes a Disaster Risk Management Plan (DRMP), may be necessary, depending on the complexity of the project and in cases where the vulnerability of a specific project component may compromise the whole operation. The DRMP should propose measures to manage or mitigate these risks to an acceptable level. The measures should include risk reduction (siting and engineering options), disaster risk preparedness and response (contingency planning, etc.), as well as financial protection (risk transfer, retention) for the project. They should also take into account the country's disaster alert and prevention system, general design standards, coastal retreat and other land use regulations and civil defense recommendations in coastal areas.

The project is located in an area prone to [inland flooding](#) and the likely severity of the impacts to the project is [moderate](#).

A Disaster Risk Assessment, that includes a Disaster Risk Management Plan (DRMP), may be necessary, depending on the complexity of the project and in cases where the vulnerability of a specific project component may compromise the whole operation. The DRMP should propose measures to manage or mitigate these risks to an acceptable level. This must take into consideration changes in the frequency and intensity of intensive rainfall and in the patterns of snowmelt that could occur with climate change. The DRMP includes risk reduction measures (siting and engineering options), disaster risk preparedness and response (contingency planning, etc.), as well as the financial protection (risk transfer, retention) of the project. The DRM Plan takes into account existing vulnerability levels and coping capacities, the area's disaster alert and prevention system, general design standards, land use regulations and civil defense recommendations in flood prone areas. However, the options and solutions are sector- and even case-specific and are selected based on a cost analysis of equivalent alternatives.

The project is located in an area prone to [landslides](#) and the likely severity of the impacts to the project is [moderate](#).

A Disaster Risk Assessment, that includes a Disaster Risk Management Plan (DRMP), may be necessary, depending on the complexity of the project and in cases where the vulnerability of a specific project component may compromise the whole operation. The DRMP should propose measures to manage or mitigate these risks to an acceptable level. The measures should consider both the risks to the project, and the potential for the project itself to exacerbate risks to people and the environment during construction and operation. The measures should include risk reduction (siting and engineering options), disaster risk preparedness and response (contingency planning, etc.), as well as financial protection (risk transfer, retention) for the project. They should also take into account the country's disaster alert and prevention system, general design standards and other related regulations.

The project is located in an area prone to [sea level rise](#) and the likely severity of the impacts to the project is [moderate](#).

A Disaster Risk Assessment, that includes a Disaster Risk Management Plan (DRMP), may be necessary, depending on the complexity of the project and in cases where the vulnerability of a specific project component may compromise the whole operation. The DRMP should propose measures to manage or mitigate these risks to an acceptable level. The measures should consider both the risks to the project, and the potential for the project itself to exacerbate risks to people and the environment during construction and operation. The measures should include risk reduction (siting and engineering options), disaster risk preparedness and response (contingency planning, etc.), as well as financial protection (risk transfer, retention) for the project. They should also take into account the country's disaster alert and prevention system, general design standards and other related regulations.

The project will result in a [minor](#) to [moderate](#) increase in community [risks](#) from disease or natural resources [risks](#).

**Manage Increased Risk of Disease:**Where a project will generate environmental health risks (such as increased risk from disease and environmental hazards), the borrower should be required to develop an environmental health risk plan (this will require input from professionally competent advisers/ consultants). There should be engagement with affected communities and compliance with the plan should be monitored and reported. Where specific diseases are endemic in communities in the investment area of influence, the borrower is encouraged to explore opportunities to reduce their incidence.



# Safeguard Screening Form

Transport of [hazardous materials](#) (e.g. fuel) with [minor](#) to [moderate](#) potential to cause impacts on community health and safety.

**Hazardous Materials Management:** The borrower should be required develop a hazardous materials management plan; details of grievances and any independent health and safety audits undertaken during the year should also be provided. Compliance with the plan should be monitored and reported. Depending on the financial product, this information should be referenced in appropriate legal documentation (covenants, conditions of disbursement etc). Consider requirements for independent audits if there are concerns about commitment of borrower or potential outstanding community concerns.

## Disaster Risk Summary

Disaster Risk Level

**B**

Disaster / Recommendations

{Not Set}

## Disaster Summary

Details

{Not Set}

Actions

Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s). Complete Project Classification Tool. Submit Safeguard Policy Filter Report, PP (or equivalent) and Safeguard Screening Form to ESR.



<b>Estrategia Ambiental y Social (EAS)</b>	
<b>Nombre de la Operación</b>	Programa Iniciativa Ciudades Emergentes y Sustentables - Primera Etapa
<b>Número de la Operación</b>	BR-L1497
<b>Preparado por</b>	Lidia Marcelino Rebouças; José Luis de la Bastida – VPS/ESG
<b>Detalles de la Operación</b>	
<b>Sector del BID</b>	HUD
<b>Tipo de Operación</b>	Préstamo Obras Específicas
<b>Clasificación de Impacto</b>	Categoría B
<b>Indicador de Riesgo Ambiental y Social</b>	Substancial
<b>Indicador de Riesgo de Desastres<sup>1</sup></b>	Tipo 1 - Moderado
<b>Prestatario</b>	Município de Vitória (MV)
<b>Agencia Ejecutora</b>	Prefeitura Municipal de Vitória (MV)
<b>Préstamo BID US\$ (y costo total del proyecto)</b>	BID: US\$ 100.000.000 Contrapartida Local: US\$ 25.000.000 <b>Total: US\$ 125.000.000</b>
<b>Políticas/Directrices Asociadas</b>	OP-102; OP-703: B.1, B.2, B.3, B.4, B.5, B.6, B.7, B.9, B.10, B.11, B.17; OP-704; y OP-761
<b>Descripción de la Operación</b>	
<p>El Programa Iniciativa Ciudades Emergentes y Sustentables (“el Programa”), y operación de obras específicas, es un conjunto de acciones integradas como repuesta a la degradación del hábitat urbano, a la inseguridad ciudadana, y a la vulnerabilidad ambiental de la ciudad de Vitória. Las intervenciones se enfocan en la recuperación y rehabilitación de la Orla Noroeste y en particular de los barrios de la Región Administrativa de San Pedro, lugares de mayor vulnerabilidad ambiental y social.</p> <p>El objetivo principal de la operación es reducir desigualdad urbana en Vitória mediante acciones integradas que promuevan la mejora urbana, la seguridad ciudadana, la resiliencia al cambio climático y el fortalecimiento de la gestión urbana. La operación incluye las siguientes intervenciones de infraestructura, las mismas que son parte de los componentes 1, 2, y 3, incluyendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Rehabilitación Urbana de la Orla Noroeste:</b> (i) instalaciones de equipamientos urbanos y construcción de nuevos espacios públicos; (ii) movilidad no motorizada: ciclovías y calzadas con miras de conectar 20 barrios de la ciudad; (iii) acciones integradas y estructurales de saneamiento ambiental, incluyendo la remodelación del Centro de Referencia de Separación de Residuos; y (iv) obras y programas orientados a la preservación de los activos ambientales del municipio, y aumento de la resiliencia del territorio debido a riesgos de desastres tales como inundaciones, deslaves y deslizamientos de tierra.</li> </ul>	

<sup>1</sup> La Clasificación de Riesgo de Desastres se aplica al Escenario de Riesgo Tipo 1 (cuando es probable que el proyecto esté expuesto a riesgos naturales debido a su ubicación geográfica).

- **Seguridad Ciudadana:** (i) construcción de unidades escolares; (ii) unidades básicas de salud; y el Centro de Referencia de Atención a la Mujer en Situación de Violencia.
- **Fortalecimiento de la Gestión Urbana:** (i) reforma del Palacio Municipal de la PMV; y (ii) construcción de un Centro de Cooperación de la Ciudad para el fortalecimiento de la capacidad de monitoreo de la ciudad y responder en tiempo real a situaciones de riesgo.

Las obras de este Programa estarán ubicadas en zonas urbanas mayormente antropizadas evitándose así la intervención directa en áreas protegidas críticas o sensibles. No obstante, existen obras que estarán enfocadas en la preservación y rescate de áreas de manglares; también se incluyen obras de infraestructura resiliente al cambio climático en áreas donde existen peligros latentes de inundaciones, deslaves y deslizamientos de tierra.

Dentro de los grupos de personas que serán afectados por la ejecución de las obras de infraestructura se encuentran comunidades de pescadores que poseen una alta dependencia espacial debido al estricto uso a botes sin motor y que utilizan la pesca artesanal como una estrategia de sobrevivencia y modo de vida. La situación social de los pescadores presenta aspectos productivos caracterizados por una dispersión entre los mismos, una falta de acceso al financiamiento, bajas dotaciones de capital de cada unidad doméstica, baja productividad propia de la tecnología artesanal que poseen, y la falta de valor agregado de lo que producen. Por eso, estas comunidades presentan un grado de vulnerabilidad significativo porque tienen en general problemas económicos de discontinuidad de ingresos y de pobreza que pueden ser agravados por las intervenciones asociadas a la operación en la Orla Noroeste. Aunque no se tiene previsto que se presenten situaciones de reasentamiento involuntario y/o desplazamiento económico, no se descarta impactos por afectaciones económicas y /o daños patrimoniales, para lo cual se deberá tener alternativas de compensaciones.

### **Riesgos e Impactos ESHS Potenciales Clave**

Las obras del Programa pertenecen a una tipología de obras típicas de infraestructura urbana; no obstante, dentro de los aspectos más sensibles a ser considerados para el tema de salvaguardas socioambientales son aquellos relacionados con riesgos e impactos sociales. A continuación, una síntesis de los riesgos e impactos ambientales y sociales más relevantes para el Programa:

**Durante la fase de construcción:** generación de polvo y escombros, contaminación del aire con gases efecto invernadero, y ruido debido a las actividades de readecuación y construcción de las obras; contaminación del agua y suelo por derrames de aceites y combustibles utilizados para el funcionamiento y mantenimiento de maquinaria pesada; generación de pasivos ambientales en áreas de almacenamiento temporal de materiales de construcción; afectación de áreas de manglares; interrupción temporal de servicios básicos tales como agua potable, alcantarillado y energía eléctrica; incremento temporal del tráfico y afectación – interrupción y desvíos— de los servicios de transporte público; y afectaciones e impactos temporales y permanentes sobre actividades económicas en los frentes de obras. Además, podrían existir situaciones de potenciales expropiaciones desapropiaciones parciales de terrenos debido a la implementación de ciclovías, calzadas y otro tipo de equipamiento urbano. La confirmación de estas posibles

desapropiaciones se confirmará con los resultados del Análisis Ambiental y Social (AAS), y la información de los diseños finales.

Específicamente, existe el riesgo, en caso de no tomarse las medidas de mitigación adecuadas, de afectación de las comunidades de pescadores debido a restricciones de la pesca y de acceso de los botes a los espacios que utilizan para sus actividades. Otro riesgo está relacionado a potenciales afectaciones sobre los ingresos económicos de comercios en los diferentes frentes donde se ejecutarán las obras de infraestructura del Programa, principalmente en la Orla Noroeste.

**Durante la fase de operación:** mayormente los impactos durante esta etapa serán positivos debido al mejoramiento de la infraestructura urbana en el área de intervención, incluyendo conexiones formales al sistema de alcantarillado; preservación de áreas de manglares; presencia de ciclovías, señalización vial y peatonal; infraestructura resiliente al cambio climático; y disminución de los índices de violencia debido a mejoras de la infraestructura de educación y salud. No obstante, de no tomarse las acciones adecuadas podrían existir impactos negativos sobre los aspectos socioculturales e ingresos económicos de la comunidad de pescadores, por reflejo de restricciones de la pesca en los espacios que comúnmente usaban para esta actividad; y también, impactos negativos sobre los ingresos económicos de grupos de personas vulnerables debido a la regularización/formalización de pago de tarifas por las conexiones al sistema de alcantarillado. El riesgo está asociado a la posibilidad de que ambos grupos vulnerables sean negativamente impactados por las mejoras de rehabilitación urbana y seguridad ciudadana planeadas por el Programa. Otros impactos negativos relevantes durante esta etapa podrían ser aquellos relacionados a generación de desechos hospitalarios, sino se tiene los planes adecuados de gestión.

En lo referente género, no se espera que el Programa tenga impactos negativos sobre grupos de mujeres, de jóvenes u otros grupos vulnerables; todo lo contrario, el Programa identificará proactivamente oportunidades para promover la igualdad de género. El Programa tendrá su línea de base desagregada por género y raza en uno de sus componentes de manera que el diseño de las actividades asegure la reducción de las desigualdades.

Para el caso de los escenarios de riesgo de desastres, las obras de infraestructura del Programa estarán diseñadas para mitigar riesgos de desastres tales como inundaciones, deslaves y deslizamientos de tierra. Dentro del Programa se tiene obras que se construirán específicamente para disminuir los riesgos mencionados anteriormente. De esta manera, el riesgo de que las obras del Programa exacerben el riesgo sobre la vida humana, y el medio ambiente es bajo; no obstante, este nivel de riesgo está sujeto a cambios luego de los resultados del AAS.

### **Vacíos de Información y Estrategia de Análisis**

Considerando que esta es una operación de obras específicas, se deberá elaborar un Análisis Ambiental y Social (AAS) con el objetivo de evaluar los aspectos socioambientales de todos los proyectos del Programa. Esto con el fin de identificar todos los vacíos y debilidades de la normativa local ambiental, social y de seguridad y salud ocupacional, y de esta manera reforzar estas debilidades complementando con buenas prácticas y estándares internacionales en el sector de infraestructura urbana, y aquellas que aplican a proyectos a desarrollarse en el área de la comunidad de pescadores. El AAS proveerá todos los insumos necesarios para la estrategia de intervención, consultas, participación y la definición para la viabilidad sociocultural requerida en la operación.

Adicionalmente, el AAS incorporará el respectivo Plan de Gestión Ambiental y Social (PGAS) para cada una de las obras del Programa. El PGAS considerará la normativa brasileña y las políticas ambientales y sociales del Banco. El PGAS será un instrumento clave que permitirá identificar las acciones más pertinentes para mitigar, controlar y evitar riesgos e impactos negativos socioambientales que puedan generarse durante las etapas de construcción y operación. También el PGAS incluirán las partes responsables, tiempo de ejecución de las medidas, y el presupuesto de implementación de las mismas.

El calendario para el Proceso de Consulta incluirá consulta pública y otras consultas adecuadas y oportunas a los distintos grupos sociales seguidas de un proceso continuo de difusión de información que se llevarán a cabo conociendo los diseños de las obras de infraestructura del Programa y el AAS del Programa, incluyendo el PGAS; este proceso deberá ser finalizado antes de realizar la Misión de Análisis; al finalizar este primer proceso, se deberá incluir las recomendaciones y observaciones de las comunidades que se hayan levantado en la AAS y demás consultas realizadas con las distintas partes interesadas (“*stakeholders*”) claves, incluyendo las comunidades de pescadores artesanales. Las consultas con las comunidades de pescadores artesanales se harán en un proceso socioculturalmente apropiado y teniendo en cuenta los impactos potenciales identificados. Las consultas a los comerciantes potencialmente afectados también se darán de forma apropiada y significativa por ser directamente afectados por las intervenciones en la Orla Noroeste.

La AAS incluirá una Evaluación Sociocultural (ESC) de las comunidades de pescadores artesanales, siguiendo los lineamientos recomendados en la OP 703 mediante una metodología que comprenderá una evaluación de los potenciales impactos y riesgos ambientales, sociales y de salud y seguridad asociados, a través de un Análisis Ambiental y Social (AAS), incluyendo una evaluación sociocultural para la comunidad de pescadores, y consecuencias socioculturales del Programa sobre los modos de vida de las comunidades afectadas que toma en cuenta sus opiniones y percepciones. Este proceso abarcará todos los efectos sobre la comunidad de pescadores que podrían afectar la viabilidad sociocultural del Programa. También se deberá incluir los mecanismos de comunicación continua entre el Organismo Ejecutor y las comunidades durante la etapa de operación.

A continuación, se describen los elementos principales de la estrategia:

- (i). Verificar y constatar que el Programa está en cumplimiento con la Política de Salvaguardias Ambientales del Banco (OP-703), Política de Acceso a la Información (OP-102), Política de Gestión del Riesgo de Desastres Naturales (OP-704), y Política sobre Igualdad de Género en el Desarrollo (OP-761);
- (ii). Verificar la publicación tanto de las versiones aptas para publicación del AAS como del PGAS en las páginas de internet del Banco y Organismo Ejecutor antes de realizar la Misión de Análisis;
- (iii). Evaluación del PGAS para las obras del Programa para verificar que el mismo incluya todas las medidas de mitigación, control y prevención, así como también verificar quienes serán los responsables de implementar dichas medidas, y confirmar el costo de implementación de estas acciones;
- (iv). Verificar que se incluya las medidas pertinentes en lo relacionado a la parte de seguridad y salud ocupacional para los trabajadores y la comunidad en general tanto para la etapa de construcción como de operación de los proyectos del Programa;

- (v). Verificación del proceso de consulta. Considerando que esta Operación es Categoría B, se requiere por lo menos un proceso de consulta pública a ser realizado bajo condiciones lingüísticas y culturales propias de la zona. Verificar y documentar procesos de consulta ya realizados para las obras del Programa, incluyendo mujeres, jóvenes, personas de tercera edad y discapacitadas, entre otros grupos considerados vulnerables; adicionalmente verificar que las consultas aborden los distintos niveles de las estructuras organizativas y demandas culturales a nivel de la comunidad de pescadores y comerciantes locales, en el área de intervención, y de afectados directos por la operación.
- (vi). Verificar si se tendrá cualquier situación relacionada a la afectación de mecanismos de sobrevivencia y modo tradicional de vida debido a la pérdida de actividades económicas de las comunidades que serán impactadas directamente por la implementación de las obras del Programa;
- (vii). Verificar la elaboración de la Evaluación Sociocultural incluyendo posibles impactos negativos y medidas de prevención; una estrategia de consulta con la comunidad de pescadores que sea adecuada dentro de un contexto sociocultural que permitiría no solo la comunicación durante la preparación del Programa, sino que también durante la construcción y operación;
- (viii). Verificar y evaluar el diseño de todas las intervenciones dentro del Programa para verificar la incorporación de los adecuados componentes, para mitigar y prevenir impactos y riesgos ambientales y sociales. Verificar si el diseño de las obras incluye elementos relacionados al concepto de “Infraestructura Sostenible”;
- (ix). Verificar todos los criterios de prevención de riesgos de desastres que hasta el momento son considerados moderados, especialmente enfocados en lo relacionado a inundaciones y deslizamientos de tierra;
- (x). Verificar la capacidad del Organismo Ejecutor, para asegurar la implementación de las mediadas del PGAS y cualquier otro plan o requerimiento que sea necesario. También, se identificarán las medidas más pertinentes para fortalecer la gestión ambiental y social del Organismo Ejecutor. Además, verificar si el Organismo Ejecutor cuenta con algún tipo de sistema de gestión ambiental y social para el Programa.

**Oportunidades para adicionalidad del BID (si las hubiera)**

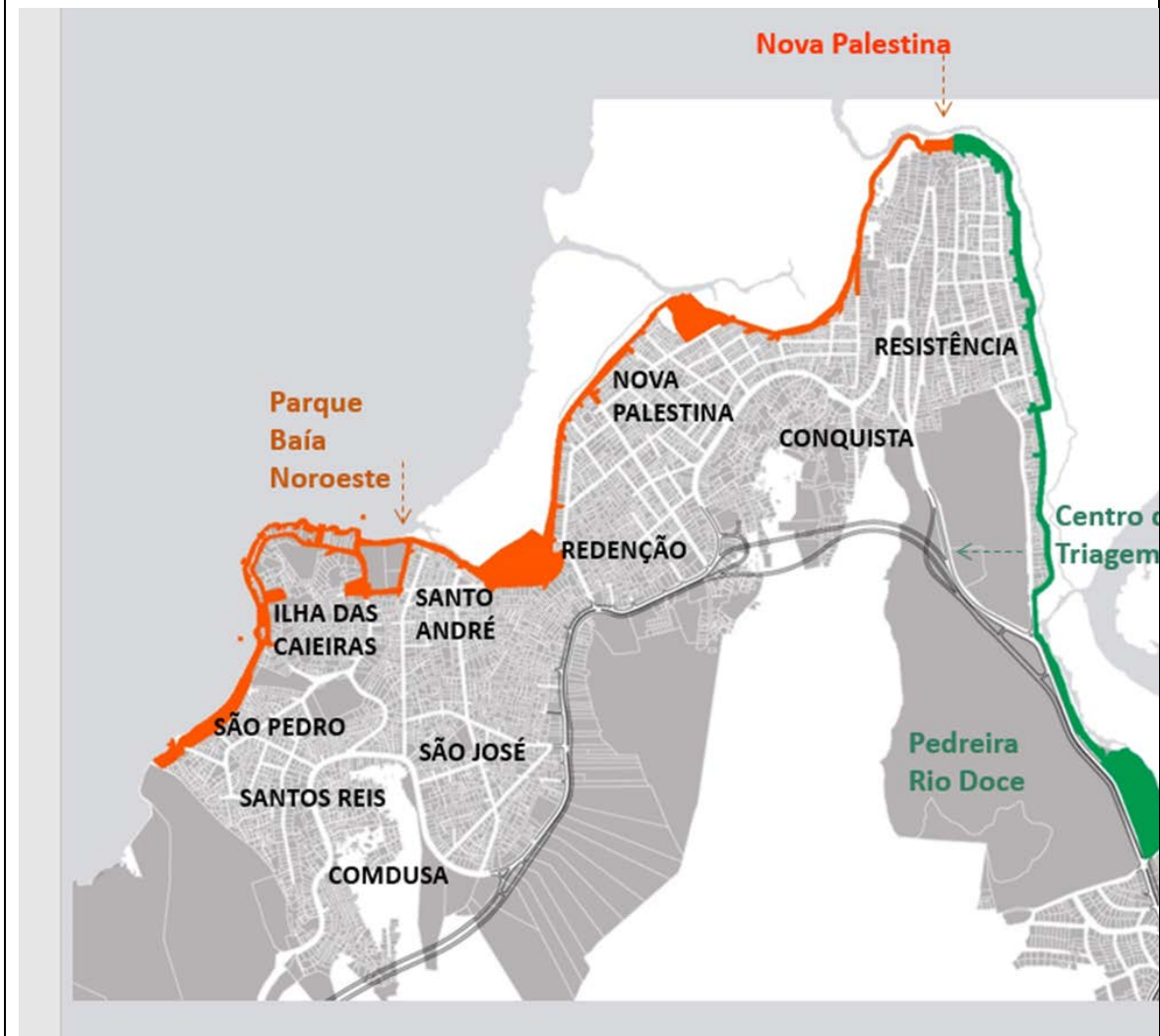
Una de las potenciales oportunidades de transversalidad en los temas de salvaguardias es lo relacionado a fomentar la participación de las comunidades de pescadores artesanales en la toma de decisiones de los diseños, planes de gestión, y otras acciones de carácter socioambiental que les permita que las intervenciones planeadas posibiliten efectivamente mejorar sus modos de vida sin tener impactos negativos sobre su pertinencia cultural.

**Cuadro Anexo: Operación bajo Cumplimiento de Políticas de Salvaguardias del BID**

Ver Tabla de Cumplimiento de Salvaguardias.

**Anexos Adicionales (de existir)**

ANEXO 1: Mapa de las intervenciones referentes a rehabilitación urbana de la Orla Noroeste





**Tabla: Cumplimiento de la Operación con las Políticas de Salvaguardias del BID**

Políticas / Directrices	Aspectos Pertinentes de Políticas/Directrices	Pertinencia de Políticas/ Directrices	Fundamentos de Políticas/Directrices Pertinentes	Acciones Requeridas durante Preparación y Análisis
<b>OP-703 Política de Medio Ambiente y Cumplimiento de Salvaguardias</b>				
B.2 Legislación y Regulaciones Nacionales	Cumplimiento con la legislación y las normativas ambientales y sociales del país.	Si	Cumplimiento obligatorio con la normativa brasileña.	Verificación del cumplimiento con instrumentos ambientales y sociales obligatorios exigidos por la normativa brasileña.
B.3 Preevaluación y Clasificación	La pre-evaluación de la operación se realizó con la información disponible durante la etapa de preparación del Perfil de Proyecto. No obstante, los impactos y riesgos socioambientales serán verificados y analizados una vez se presente el respectivo AAS del Programa.	Si	Proyecto Categoría B debido a que los riesgos e impactos por la implementación de la infraestructura de las obras son moderados, localizados y de mediano plazo.	Cumplir con requerimientos para operaciones Categoría B.
B.4 Otros Factores de Riesgo	Capacidad institucional de la agencia ejecutora en el manejo de los aspectos ambientales y sociales que aplican a las obras y actividades del Programa.  Vulnerabilidad del Programa ante desastres.	Si	Capacidad institucional para la gestión ambiental y social necesita ser reforzada y ubicación de obras en áreas expuestas a riesgos de desastres.	Análisis de capacidad institucional para la gestión socioambiental. Análisis de riesgos de desastres.
	Afectaciones a comunidad de pescadores artesanales	Si	Impacto negativo del Programa sobre la comunidad de pescadores artesanales	Evaluación sociocultural para mitigar y controlar impactos ambientales y sociales sobre la comunidad de pescadores artesanales.

Políticas / Directrices	Aspectos Pertinentes de Políticas/Directrices	Pertinencia de Políticas/ Directrices	Fundamentos de Políticas/Directrices Pertinentes	Acciones Requeridas durante Preparación y Análisis
	Se podrían presentar situaciones de desplazamiento económico y/o desapropiaciones parciales de terrenos.	Si	Análisis de riesgo de empobrecimiento	Elaborar análisis del riesgo de empobrecimiento, por impactos/desplazamientos económicos
B.5 Requisitos de Evaluación y Planes Ambientales	Al ser una operación categoría "B" se requiere preparar un Análisis Ambiental y Social (AAS) y un Plan de Gestión Ambiental y Social (PGAS) de los proyectos del Programa.	Si	Elaboración de Análisis Ambiental y Social (AAS).	Elaboración de Análisis Ambiental y Social (AAS), incluyendo una evaluación sociocultural para la comunidad de pescadores, y análisis de grado de vulnerabilidad de comerciantes con posibles afectaciones económicas.
B.5 Requisitos de Evaluación y Planes Sociales	El Programa contempla la intervención en un área de pescadores artesanales, caracterizados por un grupo vulnerable con modo de vida particular y dependencia espacial y para lo cual se necesita una evaluación socioeconómica y cultural. También se deberá tener un plan de compensaciones económicas para el caso de desplazamiento económico del comercio afectado temporariamente por las intervenciones. Los estudios socioeconómicos incluirán la identificación de grupos vulnerables que pueden ser impactados por la	Si	Impacto sobre comercios con posibles afectaciones económicas y/ patrimoniales las cuales deberán ser compensadas. Impactos sobre la comunidad de pescadores.	Elaboración de Análisis Ambiental y Social (AAS), incluyendo una Evaluación Sociocultural para la comunidad de pescadores y Plan de Compensaciones Económicas para potenciales afectaciones económicas y/o patrimoniales de los comercios de la Orla Noroeste, y de los grupos vulnerables afectados por la tarifación de los servicios de saneamiento.



Políticas / Directrices	Aspectos Pertinentes de Políticas/Directrices	Pertinencia de Políticas/Directrices	Fundamentos de Políticas/Directrices Pertinentes	Acciones Requeridas durante Preparación y Análisis
	regularización/formalización de pago de tarifas por las conexiones al sistema de alcantarillado.			
	Evaluar si el proyecto generará situaciones discriminatorias	Si	Riesgo de cuestiones discriminatorias	Evaluar si el proyecto generará situaciones discriminatorias
B.6 Consultas	Al ser una operación de Categoría “B” se requiere, al menos, un proceso de consulta con las partes afectadas e interesadas. Parte de este proceso de consulta deberá tener una instancia focalizada y apropiada para los grupos de pescadores y demás grupos vulnerables.	Si	Un proceso de consulta pública con las partes afectadas por el Programa como un todo, y una consulta significativa e apropiada con la comunidad de pescadores y comerciantes de la Orla Noroeste.	Un proceso de consulta pública y consulta adecuada y oportuna para las comunidades de pescadores y demás grupos vulnerables.
	Negociación con partes afectadas.	Si	Riesgo de conflictos dentro de la comunidad de pescadores, incluyendo los comerciantes de la ON.	Llevar a cabo negociaciones de buena fe con las partes afectadas en la comunidad de pescadores.
B.7 Supervisión y Cumplimiento	Supervisar el cumplimiento de todos los requisitos de las salvaguardias socioambientales estipuladas en el acuerdo de préstamo y en los reglamentos de crédito u operacionales del Programa por parte de la Agencia Ejecutora.	Si	Supervisar el cumplimiento de requisitos de salvaguardias socioambientales estipulados en el acuerdo de préstamo.	Incluir planes de supervisión para la ejecución de las obras.
B.8 Impactos Transfronterizos	Implementación del Programa que implique la intervención	NA	NA	NA

Políticas / Directrices	Aspectos Pertinentes de Políticas/Directrices	Pertinencia de Políticas/ Directrices	Fundamentos de Políticas/Directrices Pertinentes	Acciones Requeridas durante Preparación y Análisis
	de las obras en países vecinos.			
B.9 Hábitats Naturales	Conversión y degradación de hábitats naturales críticos.	Si	Intervención de obras para recuperar áreas donde se encuentran manglares.	Elaborar planes de conservación de manglares.
B.9 Especies Invasoras	El BID no financiará operaciones que introduzcan especies invasoras.	NA	NA	NA
B.9 Sitios Culturales	Sitios de importancia cultural crítica.	NA	NA	NA
B.10 Materiales Peligrosos	Evitar los impactos adversos al medio ambiente, a la salud y a la seguridad humana derivados de la producción, adquisición, uso y disposición final de materiales peligrosos, entre ellos sustancias tóxicas orgánicas e inorgánicas, plaguicidas y contaminantes orgánicos persistentes	Si	Uso de materiales peligrosos para las actividades de construcción y operación .	Incluir el respectivo plan de gestión de materiales peligrosos.
B.11 Prevención y Reducción de la Contaminación	Incluir las correspondientes medidas destinadas a prevenir, disminuir o eliminar la contaminación resultante de la implementación de las obras y operación del Programa.	Si	Actividades que pueden causar contaminación del aire, agua, y suelo.	Incluir el respectivo plan de prevención y reducción de la contaminación.
B.12 Proyectos en Construcción	NA	NA	NA	NA
B.13 Préstamos de Política e Instrumentos Flexibles de Préstamo	NA	NA	NA	NA
B.14 Préstamos Multifase o Repetidos	NA	NA	NA	NA

Políticas / Directrices	Aspectos Pertinentes de Políticas/Directrices	Pertinencia de Políticas/Directrices	Fundamentos de Políticas/Directrices Pertinentes	Acciones Requeridas durante Preparación y Análisis
B.15 Operaciones de Cofinanciamiento	NA	NA	NA	NA
B.16 Sistemas Nacionales	NA	NA	NA	NA
B.17 Adquisiciones	Procesos de adquisiciones ambiental y socialmente responsables.	Si	Contratistas y subcontratistas deberán apegarse a las salvaguardas del Banco	Incluir en los pliegos de licitación el cumplimiento de los planes de gestión ambiental y social, planes socioculturales y planes de compensaciones.
<b>OP-704 Política de Gestión del Riesgo de Desastres Naturales</b>				
A.2 Análisis y gestión de escenario de riesgos tipo 2 <sup>2</sup> .	Evaluación y clasificación del riesgo por desastres naturales del Programa	No	Las obras del Programa no exacerbarán los riesgos de desastres presentes en estas áreas	NA
A.2 Gestión de contingencia (Plan de respuesta a emergencias, plan de seguridad y salud de la comunidad, plan de higiene y seguridad ocupacional).	Medidas de gestión del riesgo de desastres naturales	Si – Tipo 1 Moderado	Programa incluye Intervenciones para mejorar infraestructura para mitigar riesgos de desastres por inundaciones y deslaves	Elaborar un plan de respuesta a emergencias, plan de seguridad y salud de la comunidad, plan de higiene y seguridad ocupacional
<b>OP-710 Política Operativa sobre Reasentamiento Involuntario</b>				
Minimización del Reasentamiento	El Programa no tendrá situaciones de reasentamiento físico.	No	El Programa no presenta situaciones de reasentamiento físico involuntario.	NA
Consultas del Plan de Reasentamiento				

<sup>2</sup> El escenario de riesgo tipo 2 ocurre cuando la operación tiene el potencial de exacerbar el riesgo de riesgo para la vida humana, la propiedad, el medio ambiente y el propio proyecto.

Políticas / Directrices	Aspectos Pertinentes de Políticas/Directrices	Pertinencia de Políticas/ Directrices	Fundamentos de Políticas/Directrices Pertinentes	Acciones Requeridas durante Preparación y Análisis
Análisis del Riesgo de Empobrecimiento				
Requerimiento para el Plan de Reasentamiento y/o Marco de Reasentamiento				
Requerimiento de Programa de Restauración del Modo de Vida				
Consentimiento (Pueblos Indígenas y otras Minorías Étnicas Rurales)	No se prevé el desplazamiento físico de personas de la comunidad de pescadores artesanales.	No	El Programa no presenta situaciones de reasentamiento involuntario de la comunidad de pescadores artesanales	NA
<b>OP-765 Política Operativa sobre Pueblos Indígenas</b>				
Requerimiento de Evaluación Sociocultural	NA	NA	NA	NA
Negociaciones de Buena Fe y documentación adecuada	NA	NA	NA	NA
Acuerdos con Pueblos Indígenas Afectados	NA	NA	NA	NA
Requerimiento de Plan o Marco de Compensación y Desarrollo de Pueblos Indígenas	NA	NA	NA	NA

Políticas / Directrices	Aspectos Pertinentes de Políticas/Directrices	Pertinencia de Políticas/Directrices	Fundamentos de Políticas/Directrices Pertinentes	Acciones Requeridas durante Preparación y Análisis
Cuestiones Discriminatorias	NA	NA	NA	NA
Impactos Transfronterizos	NA	NA	NA	NA
Impactos sobre Pueblos Indígenas Aislados	NA	NA	NA	NA
<b>OP-761 Política Operativa sobre Igualdad de Género en el Desarrollo</b>				
Consulta y participación efectiva de mujeres y hombres	Asegurar participación equitativa en la estrategia de consulta	Si	Riesgo de segregación de grupos vulnerables.	Asegurar, que el mecanismo de consulta incluya estrategias de participación de grupos vulnerables.
Aplicación del análisis de riesgo <sup>3</sup> y salvaguardias.	Identificar oportunidades para la participación de las mujeres en la operación.	Si	Riesgo de exclusión de la participación de mujeres.	Asegurar la adecuada participación de mujeres.
<b>OP-102 Política de Acceso a la Información</b>				
Divulgación de Evaluaciones Ambientales y Sociales <sup>4</sup> Previo a la Misión de Análisis, QRR, OPC y envió de los documentos al Directorio <sup>5</sup>	Divulgación de evaluaciones ambientales y sociales del Programa.	Si	Asegurar el acceso de información para las partes afectadas.	Previo a la misión de análisis, el Banco publicará en la página Web del Programa una versión <b>apta para publicación</b> del AAS y PGAS del Programa.

<sup>3</sup> Los riesgos pueden incluir: i) acceso desigual a los beneficios del proyecto / medidas de compensación, ii) hombres o mujeres afectados de manera desproporcionada por factores de género, iii) incumplimiento de la legislación aplicable en materia de igualdad entre hombres y mujeres, iv) El riesgo de violencia de género, incluyendo la explotación sexual, la trata de seres humanos y las enfermedades de transmisión sexual, y v) el desconocimiento de los derechos de propiedad de las mujeres.

<sup>4</sup> Evaluaciones Ambientales y Sociales incluyen los EIAS, PGAS, PRI, MRI y MGAS

<sup>5</sup> Por favor referirse a los Protocolos para la Documentación y Divulgación de Información ambiental, social y de higiene y seguridad para más detalles sobre el momento de divulgación de las diferentes Evaluaciones Ambientales y Sociales.

<b>Políticas / Directrices</b>	<b>Aspectos Pertinentes de Políticas/Directrices</b>	<b>Pertinencia de Políticas/ Directrices</b>	<b>Fundamentos de Políticas/Directrices Pertinentes</b>	<b>Acciones Requeridas durante Preparación y Análisis</b>
Disposiciones para la Divulgación de Documentos Ambientales y Sociales durante la Implementación del Proyecto	Divulgación de documentos socioambientales durante la implementación del Programa.	Si	Asegurar el acceso de información para las partes afectadas.	Previo a la misión de análisis, el Banco publicará en la página Web del Programa el AAS incluyendo la respectiva Evaluación Sociocultural.

## ÍNDICE DE TRABALHOS SETORIAIS

<b>Estudo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data estimada</b>	<b>Referência</b>
<b>Componente I</b>	1. Projetos Complementares Orla Noroeste Etapa A (São Pedro a Ilha das Caieiras)	15/02/2018	Em desenvolvimento pela equipe da PMV com acompanhamento de consultor do BID
	2. Projeto Executivo Orla Noroeste Etapa A (São Pedro a Ilha das Caieiras)	15/04/2018	Em desenvolvimento pela equipe da PMV com acompanhamento de consultor do BID
	3. Projeto Centro de Referência de Triagem de Vitória	10/03/2018	Em desenvolvimento pela equipe da PMV com acompanhamento de consultor do BID
<b>Componente II</b>	4. Projetos Básicos e Executivos das escolas e unidades de saúde do Programa	20/07/2018	Projetos desenvolvidos pela equipe da PMV com acompanhamento de consultor do BID
	5. Consultoria para certificação Edge dos Edifícios a serem construídos pelo Programa	20/07/2018	Consultoria a ser contratada pelo Banco
<b>Componente III</b>	6. Projeto Piloto do Centro de Cooperação da Cidade	01/03/2018	Trabalho em andamento pela equipe da PMV com acompanhamento do BID
	7. Plano de Capacitação dos Servidores da PMV	20/02/2017	Trabalho em andamento pela equipe própria da PMV
<b>Programa</b>	8. Pesquisa de Campo nas Áreas de Intervenção para Avaliação Econômica do Programa	20/02/2018	Consultoria contratada pela PMV com acompanhamento de consultor do BID
	9. Avaliação Econômica do Programa	01/03/2017	Em desenvolvimento por consultor contratado pelo BID
	10. Avaliação Socioambiental e Plano de Gestão Ambiental e Social do Programa	01/03/2018	Consultoria a ser contratada pelo BID

<b>Estudo</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data estimada</b>	<b>Referência</b>
	11. Análise Institucional (PACI)	01/03/2018	Trabalho em execução pelo BID
	12. Análise Financeira de Saneamento	28/02/2018	Consultoria a ser contratada pelo BID
	13. Plano de Monitoramento e Avaliação	01/03/2018	Em Desenvolvimento por consultor contratado pelo BID
	14. Matriz de Resultados	01/03/2018	Em Desenvolvimento por consultor contratado pelo BID
	15. Estudo de gênero e serviços urbanos	01/03/2018	A ser contratado pelo BID
	16. Avaliação técnica dos projetos de engenharia	28/02/2018	Em Desenvolvimento por consultor contratado pelo BID



CONFIDENCIAL

<sup>1</sup> La información contenida en este Anexo es de carácter deliberativo, y por lo tanto confidencial, de conformidad con la excepción relativa a “Información Deliberativa” contemplada en el párrafo 4.1 (g) de la “Política de Acceso al Información” del Banco (Documento GN-1831-28).